

A interlocução entre a (des)ordem na favela: um olhar sobre a (auto)regulação do território no Complexo do Lins

La interlocución entre el (des)orden en la favela: una mirada sobre la (auto)rregulación del territorio en el Complejo do Lins.

The interplay between (dis)order in the favela: a look at the (self-)regulation of territory in the Complejo do Lins

Andrea Pires Baptista¹

Erick Santos de Mouros²

Alex Ferreira Magalhães³

Palavras-chave: favelas, regularização fundiária, Complexo do Lins, Associação de Moradores, saneamento básico.

Palabras claves: Barrios marginales, regularización fundiaria, Complejo do Lins, Asociación de Vecinos, saneamiento básico.

Keywords: Slums, land regularization, Complexo do Lins, Residents' Association, basic sanitation.

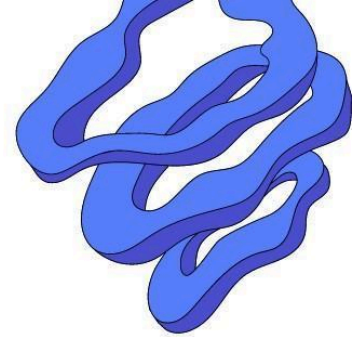
Introdução

As favelas, devido ao seu tamanho e representatividade no cenário urbano, têm sido objeto de inúmeras pesquisas nas últimas duas décadas, buscando compreender os processos e normas que regem sua ocupação, crescimento e desenvolvimento. As favelas

¹ Bacharel em Direito, UERJ-RJ. E-mail: andreaprs5@gmail.com.

² Arquiteto e Urbanista, UFRJ. E-mail: erick.mouros@gmail.com.

³ Professor Associado II na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: alexmagalhaes@ippur.ufrj.br.



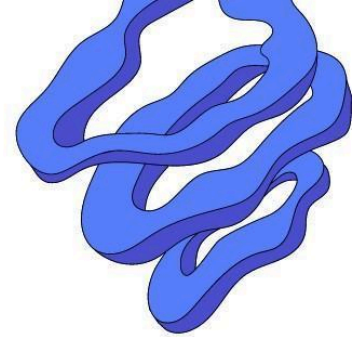
surgem e se consolidam como uma forma de sobrevivência para uma população historicamente marginalizada e privada de direitos e garantias essenciais. Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com dados da Prefeitura (SABREN/IPP), as favelas ocupam quase 4.900 hectares, abrangendo 1.074 comunidades e uma população de 1.434.829 habitantes, o que equivale a quase um quarto da população carioca.

Para compreender a complexidade e a importância do tema, está em andamento a pesquisa “*O direito das favelas no contexto das políticas de regularização fundiária: proposições conceituais, teóricas, metodológicas e políticas*”, um amplo estudo sobre o tema no Brasil, que analisa casos nos Estados com maior percentual de população residente em favelas em quatro regiões: Rio de Janeiro (Sudeste), Porto Alegre (Sul), Salvador (Nordeste) e Belém (Norte).

Portanto, busca-se investigar o papel das Associações de Moradores nas dinâmicas fundiárias, construtivas, sociais e políticas no Complexo do Lins, um conjunto de catorze favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro. O foco será em oito dessas favelas, localizadas dentro das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS).

Dessa forma, tem-se como objetivo aprofundar a compreensão da participação ativa das associações de moradores no Complexo do Lins, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em relação à regularização fundiária local. O foco primordial foi o de investigar o papel dessas associações, especialmente de seus presidentes, nas políticas públicas que impactam diretamente essas favelas, situadas em um dos dez maiores complexos da cidade. Além disso, busca-se identificar os atores envolvidos nesse processo e analisar criticamente os procedimentos atuais de regularização fundiária local.

Explorando o papel das Associações de Moradores como agentes relevantes nas dinâmicas regulatórias locais, foram feitas entrevistas aos presidentes para compreender sua influência na construção e regulação dos espaços públicos e privados. Além disso, investigou-se o envolvimento dessas associações na busca por políticas públicas de regularização fundiária e saneamento básico.



Inserido no eixo temático "Direito das Favelas e Desenvolvimento Urbano", o estudo lança luz sobre o papel fundamental das associações de moradores como agentes de mudança e justiça social nas favelas, destacando suas lutas pela regularização fundiária e pela visibilidade local tão deixada à margem do dito padrão regulatório na cidade formal.

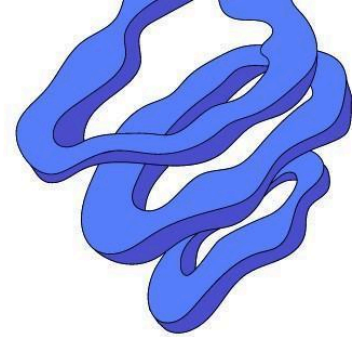
Sendo assim, examinaremos as funções que exercem em suas respectivas favelas, a participação dos presidentes locais no desenvolvimento de ações regulatórias ali, e se ainda persiste a visão que o pesquisador Matheus França (2021) delineou expressando a interação entre as normas jurídicas e sociais que regulam o espaço comunitário.

Pesquisa Empírica e resultados preliminares

Partimos da revisão da bibliografia existente sobre o tema, com a intenção colher os frutos das pesquisas anteriores e construir uma metodologia capaz de ampliar o olhar sobre o modo como ocorre a regulação dos territórios nas favelas para além do estudo de casos individuais. Portanto, a metodologia adotada para este estudo foi cuidadosamente planejada e executada.

O estudo começou com uma revisão bibliográfica abrangente sobre o direito das favelas e as dinâmicas regulatórias. Em paralelo, foram coletados dados indiretos sobre os territórios por meio de plataformas públicas, como IBGE e Instituto Pereira Passos (IPP). Em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os presidentes das principais associações de moradores do Complexo do Lins, considerando a influência do Programa Favela Bairro e das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), entre 2023 e 2024, utilizando técnicas de pesquisa qualitativa de campo.

Foram estudados títulos selecionados de autores nacionais e internacionais, que abordam em alguma medida os referenciais teóricos relacionados ao objeto da pesquisa. Nesse contexto, podem ser destacados os seguintes referenciais: pluralismo jurídico, interlegalidade, conflito de normatividades, juridicidades, sensibilidades legais,



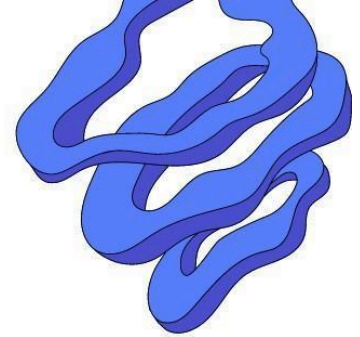
desconformidade (em perspectiva renovada), ecologia de saberes, justiça epistêmica e geografia jurídica crítica.

A etapa do levantamento bibliográfico se constituiu na leitura/releitura crítica de produção especializada. A relação entre as favelas e a judicialização estatal compõe o objeto da pesquisa e é um dos principais assuntos identificados na revisão bibliográfica. O pluralismo jurídico, a teoria de Estado de Marx, marginalidade social e exclusão social assim como a noção de “desconformidade” são conceitos necessários na abordagem da regularização fundiária.

A pesquisa abordou uma série de questões essenciais, incluindo ocupação de espaços físicos e sociais, formação de assentamentos, moradias autoconstruídas, exercício de direitos fundamentais, regulação fundiária, influências da espacialidade na seletividade das ações policiais, interação entre normas sociais e jurídicas em comunidades, transporte, sistema de transmissão de herança em favelas, direitos construídos por grupos coletivos, cidadania e violência. Esses tópicos constituem o cerne da pesquisa e foram abordados na revisão bibliográfica.

No Complexo do Lins, o acesso ao território se deu através da pesquisadora Andrea Pires, cuja família reside na favela da Vila Cabuçu há três gerações. Seguindo critérios definidos em conjunto com todos os núcleos da pesquisa, observamos a delimitação das ZEIS/AEIS para qualificar o estudo e, assim, no Complexo do Lins foram entrevistados os presidentes das Associações das seguintes favelas: Morro do Encontro, Morro da Bacia, Morro da Gambá, Barro Preto, Cachoeirinha, Cachoeira Grande, Santa Terezinha e Cotia.

A respeito da titularidade da terra nos casos estudados, foi visto que nos casos estudados existem imóveis localizados em área de loteamento e eventualmente possuem RGI e outras moradias não possuem qualquer documentação, ou apenas a declaração de residência emitida pela Associação de Moradores. Portanto, levantou-se o interesse em entender a participação das Associações de Moradores para a formalização da propriedade imobiliária local.



Existem pelo menos duas regiões que são rodeadas de área militar, qual seja Favela da Cachoeirinha e da Cachoeira Grande. Diante da possibilidade de se ter tensões na área acerca do uso do solo, da relação tênue entre o fora e o dentro, estamos analisando ainda sob qual perspectiva iremos adotar esse contexto no presente trabalho.

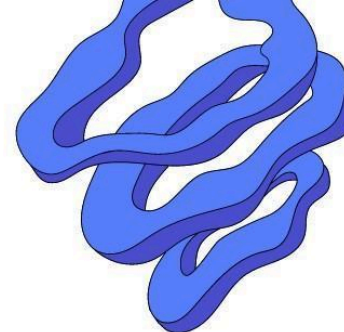
Para o conglomerado de favelas do Complexo do Lins, cada uma das associações possuem presidente responsável pela sua gestão, basicamente. Em alguns casos, há repetição de presidentes em associações diferentes, porém próximas geograficamente, o que facilita a gestão de suas demandas.. Dito isso, ao analisar as atuações em comum, identificamos que há um elo na resolução de problemas que envolvam saneamento básico, resolução e mediação de conflitos a depender do assunto, busca por benefícios para a respectiva favela.

Ainda, é possível identificar a possibilidade de hierarquia administrativa que componha a participação da Associação enquanto elemento chave, do tráfico de drogas local, do Estado com seus programas e poder de polícia, e da União com a presença de instituição federal em algumas partes, como dito anteriormente, sob o aspecto militar.

Mapeamento do Complexo do Lins

Em seguida, é possível identificarmos o recorte geográfico do Complexo do Lins, em que constam em vermelho as favelas presentes na região e, delimitados pela linha amarelo abaixo segmentadas são as favelas de dentro do Complexo que são beneficiadas pelo reconhecimento como AEIS pela Prefeitura da cidade. Observa-se que nem todas as favelas do Complexo são consideradas AEIS e as delimitações não se espelham, isso chamou a atenção.

Figura – Mapa do Complexo do Lins/RJ



uma abordagem holística e participativa para enfrentar esses desafios. Ao longo do estudo, essa percepção foi se consolidando.

Como horizonte a ser perseguido, almejava-se superar o patamar atual das pesquisas sobre favelas e dos estudos de caso individualizados, buscando construir uma metodologia aplicável em maior escala, de modo a permitir a elaboração de análises generalizáveis, além de recolher e consolidar propostas que possam contribuir para a reformulação das políticas públicas para as favelas, trajetória essa realizada com êxito visto que foi possível replicar em outros estudos no território nacional.

Referências

BAPTISTA, Andrea Pires. **Direito real de laje como instrumento do direito à moradia digna nas favelas**: análise após cinco anos de vigência da Lei 13.465/17. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

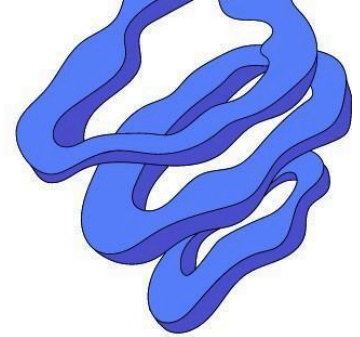
FRANÇA, Mateus Cavalcante. **UNIÃO E ESPERANÇA**: O impacto da regularização fundiária na regulação de espaços de uso comunitário em vilas e favelas. (Dissertação de Mestrado) (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Do direito autoconstruído ao direito à cidade**: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2016.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. **O direito da favela no contexto pós-Programa Favela-Bairro**: uma recolocação do debate a respeito do 'Direito de Pasárgada. 2010. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional.) (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MOUROS, Erick Santos de. **Somos um Rio** - Intervenções em Favelas e o Projeto como Delineador de Políticas Públicas a partir do caso de Manguinhos. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

NISIDA, Vítor Coelho. **Desafios da regulação urbanística no território das favelas**. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAU, Universidade de São Paulo, 2017.



PEÇANHA, Osias Pinto. **O Direito Achado na Favela: A Dinâmica do Pluralismo Jurídico na Favela do Vidigal.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos, Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2018.

SANTIAGO, Julia. **Vai subir?** Uma análise da atividade e formas de organização dos mototáxis e os deslocamentos na favela do Vidigal (RJ), no período 2012-2017. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Boaventura Sousa. **O Direito dos Oprimidos: A Construção e Reprodução do Direito em Pasárgada, 1973.** Conn, Stephen. The Squatters' Rights of favelados. Dissertação de Doutorado apresentado a Columbia University, 1967.